

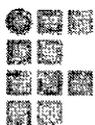


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



ANEXO 2

Projeto básico apresentado ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Acre

Reitoria

Rua Coronel José Galdino, 495, Bosque
Rio Branco/AC - CEP 69.900-640
Telefone: (68) 2106-6834
E-mail: reitoria@ifac.edu.br

Reitoria - Anexo

Rua Coronel Alexandrino, 301, Bosque
Rio Branco/AC - CEP 69.900-697
Telefone: (68) 3302-0800



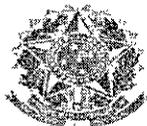
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO AVANÇADO BAIXADA DO SOL

PROJETO BÁSICO

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO ALVORADA: INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DE
PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

Projeto básico apresentado ao Departamento Penitenciário Nacional como parte da proposição para implementação do Projeto Alvorada em campus da Rede Federal de Educação, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

Rio Branco/Ac
11/2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



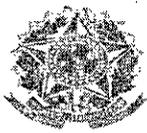
SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
1.1. Sistema Prisional no Brasil	10
1.2. O Projeto Alvorada no IFSP – Campinas.....	12
2. Justificativa.....	12
3. Histórico	13
4. Objetivos.....	15
4.1. Objetivo geral.....	15
4.2. Objetivos específicos	15
5. Métodos	15
5.1. Equipe de trabalho.....	15
5.1.1. Docente.....	16
5.1.2. Tutor	16
5.1.3. Coordenador administrativo	16
5.1.4. Coordenador pedagógico.....	17
5.1.5. Profissionais da administração	17
5.1.6. Profissionais do Financeiro	17
5.1.7. Estagiários	17
5.2. Parcerias	17
5.3. Seleção dos alunos	19
5.4. Indicadores e metas do projeto.....	20
5.5. ETAPA 1 - Capacitação inicial da equipe executora	23
5.6. ETAPA 2 - Capacitação dos alunos no curso	25
5.6.1. Certificações.....	33
5.6.2. Autogestão.....	34
6. Orçamento	35
7. Futuro do projeto	38
8. Referências bibliográficas	39



Reitoria

Reitoria - Anexo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



infratores, levando em conta suas diferenças individuais e necessidades. Refere-se à importância de escolher intervenções que tenham demonstrado eficácia para os infratores e não simplesmente a reprodução de intervenções utilizadas em outras populações. Nesse princípio, há de se considerar a associação conjunta a Teoria da carreira social cognitiva.

O modelo RNR descreve: a) quem deve receber serviços (casos de risco moderado e alto), b) os alvos adequados para serviços de reabilitação (necessidades criminogênicas), e c) as estratégias de influência para reduzir o comportamento criminoso.

Apesar do modelo RNR ter sido considerado como o principal modelo para orientar a avaliação e tratamento dos presos, e único modelo teórico que tem sido usado para interpretar a literatura de tratamento de infratores, vem sofrendo diversas críticas.

Modelo GLM [8]

O modelo “Good Lives Model” (GLM) vem sendo considerado como uma alternativa e aprimoramento do RNR.

O GML foca-se em «metas de aproximação», ou seja, “Como posso tornar a minha vida melhor sem infringir a lei?”, ao invés da questão costumeira de “preciso parar de infringir”, com o intuito de diminuir futuras reincidências, e de assim promover uma motivação para a mudança.

Este modelo vem alterar um pouco a maneira como os fatores de risco são abordados. Tenta fazer com que os profissionais que trabalham com os presos aprendam a lidar com tais fatores de risco e entender as motivações e as resistências dessas pessoas durante o desenvolvimento dos programas.

Modelo PIR [8]

O Plano Individual de Readaptação (PIR) vem compor com os demais modelos acima descritos. O PIR é submetido à aplicação de uma tabela de avaliação da conformidade com a finalidade de averiguar o grau de correspondência existente entre o risco e as necessidades individuais dos sujeitos e a intervenção técnica programada.

A avaliação do recluso está na base da elaboração do PIR, e visa a sua preparação para a liberdade, estabelecimento os objetivos a serem atingidos pelo recluso e as atividades a serem desenvolvidas na instituição prisional englobando: escolaridade e formação profissional; trabalho e atividades ocupacionais; programas; atividades sócio - culturais e atividades desportivas; saúde; contatos com o exterior e estratégias de preparação para a liberdade.

As fichas de classificação dos presos têm o objetivo de avaliar as áreas: A área do





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



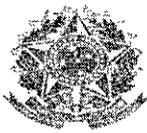
diferença estatisticamente significativa entre os grupos nos dois casos.

O programa Employment-Focused Re-Entry foi um programa realizado na Califórnia de 2008 a 2010, para avaliar a influência de um programa de reentrada de ex-prisioneiros focada no emprego. Todos os ex-presidiários eram elegíveis, desde que não tivessem condenações por crimes sexuais ou incêndio e que tinham sido libertados em até 180 dias. Os participantes tiveram aulas de treinamento para o trabalho e concluíram um curso de preparação para o emprego de 3 a 4 semanas, seguido de assistência na colocação de empregos e acesso a laboratórios de informática para atividades de busca de emprego. Os participantes do grupo controle receberam uma lista de recursos da comunidade e um voucher para uma refeição gratuita. Após um ano os resultados de emprego foram semelhantes para ambos os grupos. Os participantes do programa que estavam empregados em tempo integral foram de 29,8% em comparação com 27,1% do grupo controle. Não houveram diferenças estatisticamente significativas nas taxas de nova detenção, com a reincidência de 45,2% dos participantes do programa comparados com 49,4% do grupo controle. Ambos os grupos também apresentaram padrões semelhantes na taxa de novas prisões.

O Programa Milwaukee Safe Streets Prisoner Release Initiative, (em 2009) foi um programa cuja característica chave foi o "acesso direto", isto é, fornecer aos presos avaliação e 6 meses de serviços necessários antes da sua libertação da prisão, juntamente com subsídios aos empregadores durante os primeiros 6 meses após a libertação. O programa incluiu avaliação de competências profissionais, acesso a treinamento em habilidades interpessoais e treinamento profissional, bem como participação no programa de realidade cognitiva (um programa de 12 a 16 semanas destinado a mudar o comportamento, pensamento e atitudes conhecidos por contribuir para a criminalidade e para enfrentar os fatores de risco dinâmicos para o comportamento criminoso). Eram elegíveis para participar do programa homens com idade até 35 anos, programados para serem liberados com pelo menos 6 meses de supervisão na comunidade e com história de violência ou envolvimento de gangues. Os resultados mostraram que o grupo do programa obteve mais empregos e com salários médios maiores do que o grupo de controle. No entanto as diferenças entre o número médio de prisões entre os grupos de tratamento e controle durante o primeiro ano de liberdade não foi estatisticamente significativa.

[10]: O Programa OPTIONS foi planejado para melhorar a capacidade dos detentos de negociar os processos de busca de emprego e planejamento de metas profissionais. Foi uma adaptação do programa de intervenção ACCESS (Advancing Career Counseling and Employment Support for Survivors of Domestic Violence), fundamentado na teoria de carreira social cognitiva





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



the Ice House? (Taulbert & Schoeniger, 2010).

O programa ofereceu uma alternativa à educação profissional tradicional, procurando modificar o pensamento dos participantes para ajudá-los na reentrada a comunidade. O programa abordou questões importantes e práticas, levando em conta o conhecimento e experiência de cada participante para construir possibilidades empreendedoras. A avaliação mostrou que o problema pode não ser que os presos sejam incapazes de encontrar emprego, mas demonstra a sua má preparação para reentrar na sociedade. As mudanças percebidas no desenvolvimento pessoal e cognitivo podem ajudar os detentos a conseguir um emprego remunerado e podem, após o curso, terem a ambição de avançar a partir daí.

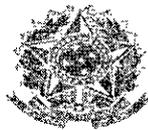
[13] A literatura internacional assume que a atividade empresarial, estimulada pela educação, gera benefícios econômicos para o empreendedor e benefícios sociais para a sociedade. No contexto prisional, um programa de empreendedorismo possibilita o reconhecimento e desenvolvimento de oportunidades potenciais para produzir atitudes mais positivas em relação a si mesmos, a sua situação e a dos outros. Um pré-requisito para a permanência no programa de empreendedorismo é que os prisioneiros tenham uma “mentalidade de agência pessoal” para internalizar a culpa, mantendo baixo o pessimismo e acreditando na sua capacidade de controlar os resultados futuros. Essa mentalidade, ajuda a ativar processos de reconhecimento de oportunidades, que servem como veículos para a permanência no programa e pode ser particularmente valiosa uma vez que trabalhar por conta própria pode ajudar a superar as atitudes discriminatórias dos potenciais empregadores.

Na literatura internacional há relatos de muitos programas para prisioneiros e ex-prisioneiros com metodologias e resultados diversos. Há de se considerar as características de cada local orientada pelas condições de aprisionamento, características da população, condições econômicas mundiais e regionais, além do próprio perfil do infrator.

Diversos autores relatam a falta de evidências para apoiar a execução de programas para infratores, mas é importante considerar que cada programa tem a possibilidade de contribuir para formar um portfólio de ações bem-sucedidas e recomendações gerais importantes. Além das relacionadas anteriormente, cito algumas que entendo relevantes:

- Alguns estudos sugerem que os programas de formação profissional e de emprego possam ser mais úteis quando realizados logo após a libertação da prisão, há indicativos de que programas de emprego oferecidos isoladamente de outros serviços serão ineficazes e que programas mais holísticos e abrangentes parecem ser mais promissores [9].
- O viés de seleção de participantes de programas pode ser um problema, quando os infratores





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



profissional como condutor da inclusão das pessoas egressas do sistema prisional.

No Brasil, a assistência na ressocialização ou reinserção de pessoas egressas do sistema prisional é garantida pela legislação no seu primeiro artigo [18], mas tanto na esfera profissional quanto na educacional ela é precária.

Dentre os diversos obstáculos do Estado brasileiro para um tratamento penitenciário que respeite os direitos do apenado, previstos em leis, podemos citar os relacionados com as deficiências no acompanhamento das pessoas egressas do sistema prisional. Nesses casos, a omissão praticada amplia-se no momento em que o indivíduo adquire sua liberdade, quando o Estado deveria desempenhar um papel fundamental nos momentos iniciais de liberdade, de forma a garantir o ingresso da pessoa egressa ao meio social, proporcionando o acesso à direitos e políticas sociais, buscando assim, inverter o ciclo de retorno ao crime [19].

No ambiente de trabalho competitivo brasileiro, a inserção das pessoas egressas do sistema prisional é tarefa complexa. A discriminação e preconceito praticados pelos possíveis contratantes são, em geral, obstáculos que norteiam as percepções e práticas dos agentes sociais em relação às pessoas egressas [20].

Fato é que, muitas empresas privadas não oferecem trabalho às pessoas egressas, alimentadas não somente por razões ligadas ao crescimento econômico do País, mas pelo “preconceito, insegurança e esquecimento social dos mesmos” [3, 21]. Isso dificulta muito a inserção deste público no mundo de trabalho, podendo contribuir para as estatísticas de reincidência ao crime.

Outro fator relevante são as barreiras pessoais das próprias pessoas egressas no espaço social no qual se dá a divisão do trabalho como: habilidades e potencialidades laborais fracas ou pouco desenvolvidas, falta de conexões e experiências recentes de trabalho, educação limitada, dificuldade de transporte, histórico de uso/abuso de substâncias ilícitas e outros problemas de ordem física e mental [22].

Essa situação leva muitas pessoas a exercer trabalhos como autônomos, pois não dependem de outrem para consegui-lo. Ações isoladas de capacitação ou de ofertas de vagas de emprego são bastante comuns como tentativa de reinserção de pessoas egressas ao mercado formal de trabalho, todavia, muitas vezes, ficam aquém dos resultados esperados.

O presente projeto tem o diferencial fundamental de não somente estabelecer ações isoladas de capacitação e/ou oferta de vagas, mas de estabelecer ações integradas com o objetivo de empoderar as pessoas egressas enquanto cidadãos de direitos básicos. Para isso propõe suporte técnico e pedagógico mais próximo e consciente das especificidades e procura trabalhar as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



países líderes do ranking vêm aumentando suas ações de política prisional, o mesmo não tem ocorrido no Brasil [21].

A discussão sobre a inserção social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional não é nova no mundo. Surge a partir observação de que a prisão não reintegra os indivíduos, demonstrando a incapacidade deste modelo de punição resolver o problema da violência e da criminalidade [3].

Nesse sentido é importante considerar características relevantes da população carcerária brasileira para que se tenha o cenário do sistema prisional no Brasil. A composição de gênero é composta de 93,4% de homens e 6,6% de mulheres, faixa etária jovem com idade entre 18 e 29 anos.

Outro aspecto relevante é o perfil social bem definido composto predominantemente de afrodescendentes, com baixa escolaridade e sem profissão definida.

Quanto aos crimes praticados, 70% é cometido contra o patrimônio e 22% se refere ao tráfico de entorpecentes com média das penas de 4 anos [24, 25] que perfazem 92% dos crimes cometido em duas modalidades específicas. No estado de São Paulo os números e características regulam com os dados nacionais sendo a maior população carcerária do Brasil [26].

Do ponto de vista educacional 71% dessa população têm até o final do ensino fundamental especificamente a maioria 53% tem o ensino fundamental incompleto; 6% são analfabetos e 12% completaram o fundamental. Apenas 18% têm até o ensino médio no qual especificamente 11% têm o ensino médio incompleto e 7% completaram esse nível. Quanto ao nível superior, 1% cursou a universidade sem chegar ao diploma; e menos de 1% completou o curso superior [27, 28].

Em relação a proveniência sócio econômica a maior parte dos encarcerados é proveniente das camadas economicamente menos favorecidas e são, majoritariamente jovens, negros, pobres, moradores de periferias.

Dessa maneira é possível compreender as dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho em face desta situação de baixa escolaridade e frágil acesso a políticas públicas característica dessa população.

Diversos trabalhos têm demonstrado os efeitos do aprisionamento quanto a intensificação das vulnerabilidades já existentes e associação de outras novas como efeitos do aprisionamento e que tornarão ainda mais inatingíveis os discursos e os anseios de reintegração social [15, 29 -34].

Ao final do cumprimento da pena, que marca o retorno do sujeito para o convívio social, os desafios são intensificados, a começar pela falta de acesso aos direitos básicos, marcados pela dificuldade de vinculação e atendimento pelos serviços e políticas públicas de saúde, assistência social, educação e trabalho e pela desconfiança e agravamento do preconceito social [30].





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



atribuições da função.

Além disso, houve dificuldades em encontrar mais docentes para algumas áreas específicas principalmente por dois motivos: a falta de professores interessados no projeto e o aumento de aulas atribuídas aos docentes do campus que já chega próximo ou ultrapassa o limite estabelecido pela normativa do instituto.

Dessa forma, e em função de profissionalizar o projeto esta proposta prevê a remuneração dos docentes, tutores, gestores e pessoal de apoio de modo a viabilizar o número de profissionais necessários para a o pleno desenvolvimento do curso, bem como a possibilidade de contratação de profissionais externos.

Os principais resultados do projeto piloto foram:

- a. Quantidade de pessoas participantes do projeto aprovadas na etapa de capacitação com frequência mínima necessária para as atividades ofertadas.
Índice de cumprimento: 90%
- b. Quantidade de pessoas que participaram da etapa de incubação e concretizaram seja por meio de estágio ou autogestão.
Índice de cumprimento: 80%
- c. Quantidade de pessoas que evadiram do projeto, ou seja, após matrícula, por razões diversas, não deram sequência as atividades.
Índice de cumprimento: Uma pessoa evadida – 95% de cumprimento
- d. Quantidade de oportunidades para inserção no mundo do trabalho disponibilizadas para os participantes.
Índice de cumprimento: 60%
- e. Número de participantes que reentraram no Sistema prisional até o final do projeto.
Nenhum - Índice de cumprimento: 100%

4. Objetivos

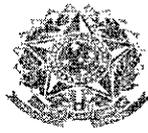
4.1. Geral

Inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional.

4.2. Específicos

- Capacitar equipe gestora na compreensão do projeto e suas particularidades;
- Capacitar os alunos com formação profissional específica para inserção no mundo do trabalho;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



realizadas durante a curso.

5.1.2. Tutor

O tutor terá participação no projeto durante 18 meses (Etapas 1, 2 e 3) com as principais atividades:

- ✓ Reuniões de capacitação prévias sobre a temática base do curso (EJA e temática prisional);
- ✓ Encontros com alunos de 2 horas semanais na relação 1 tutor para 6 alunos;
- ✓ Reuniões semanais com duração de 2 horas;
- ✓ Elaborar relatórios semanais relacionados as ocorrências durante a Etapa 1;
- ✓ Elaborar relatórios semanais de acompanhamento das ações de estágio e empreendedorismo dos seus tutorados.

5.1.3. Coordenador administrativo

O Coordenador Administrativo terá participação do no projeto durante 18 meses (Etapas 1, 2 e 3) com as principais atividades:

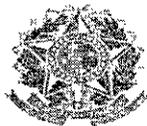
- ✓ Captar e negociar oportunidades de estágio com as empresas;
- ✓ Captar e negociar oportunidades de estágio junto à órgãos públicos e ONGs;
- ✓ Coordenar as demandas organizacionais;
- ✓ Coordenar a organização estrutural e administrativa junto aos espaços de onde ocorrerá o curso;
- ✓ Coordenação da gestão financeira do projeto;
- ✓ Coordenar em conjunto com o coordenador pedagógico as atividades junto as instituições parceiras.

5.1.4. Coordenador pedagógico

O Coordenador pedagógico terá participação do no projeto durante 18 meses (Etapas 1, 2 e 3) com as principais atividades:

- ✓ Coordenar as reuniões pedagógicas;
- ✓ Coordenar a formação da equipe executiva do projeto (professores, tutores);
- ✓ Coordenar a formação da equipe executiva do projeto;
- ✓ Coordenar a organização pedagógica do curso e demandas dos alunos em questões educacionais e sociais;
- ✓ Coordenar a organização de tutoria e demandas dos alunos em questões educacionais e sociais;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



- Disponibilizar infraestrutura de salas de aulas e laboratórios para a execução do projeto;
- Participar da seleção dos alunos juntamente com a SEAP;
- Ministras as aulas teóricas e práticas para os alunos;
- Implementar o processo de tutoria junto aos alunos;
- Acompanhar, junto as demais instituições participantes, todas as fases do projeto.
- Apresentar relatórios periódicos de monitoramento das fases do projeto.
- Identificar atividades de extensão realizadas pelo Campus que poderão ser ampliadas aos participantes do projeto.
- Organizar formatura dos alunos ao término das Etapas 2 e 3 do projeto.

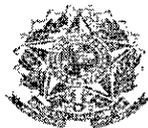
Departamento Penitenciário Nacional

- Viabilizar aporte financeiro para o Projeto;
- Viabilizar a capacitação inicial para a equipe gestora do campus onde será realizado o projeto;
- Sempre que necessário, intermediar o diálogo local entre atores do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Executivo, Instituições de Ensino, Sociedade Civil Organizada e demais atores envolvidos com o desenvolvimento de projetos voltados para a inclusão social de pessoas egressas do Sistema Prisional.
- Acompanhar a execução de todas as etapas do projeto.
- Tratar as informações apresentadas no relatório dos indicadores colhidos durante a execução do projeto.

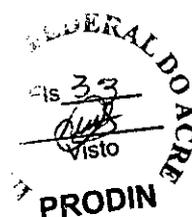
Secretaria responsável pela Administração Penitenciária – SEAP

- Selecionar a pessoas egressas do Sistema Prisional e encaminhando-as ao campus do IF através de documento oficial, conforme cronograma estabelecido em conjunto entre os parceiros;
- Indicar equipe técnica para a aplicação dos instrumentos psicológicos que compõem a etapa de seleção dos alunos participantes do projeto;
- Designar formalmente equipe pertencente ao quadro do SEAP para acompanhamento do projeto, destinando no mínimo duas horas semanais para visitas/reuniões na unidade executora;
- Acompanhar os familiares dos egressos participantes, procurando inseri-los no contexto, a fim de fortalecer o sucesso do projeto;
- Favorecer a interlocução institucional no âmbito da Pasta junto às equipes responsáveis pelos setores de Educação e Trabalho;
- Disponibilizar dados e informações atinentes a parceria para subsidiar a coordenação,





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



- ✓ Indicativo de habilidades assertivas, sabendo se manifestar com equilíbrio e lidar com críticas.
- ✓ Indicativo de habilidades de civilidade, demonstrando respeito pelas normas de convívio, boas maneiras, cortesia e educação.
- ✓ Indicativo de habilidades empáticas, sendo capaz de se colocar no lugar do outro, reconhecendo seus sentimentos e necessidades.
- ✓ Indicativo de habilidades de sentimento positivo, sendo solidário e capaz de criar vínculos de amizade.

Instrumento 2: Teste Palográfico:

- ✓ Indicativo de bom equilíbrio emocional, demonstrando boa capacidade na realização de seus objetivos.
- ✓ Indicativo de equilíbrio afetivo e autocontrole, com facilidade em se adaptar ao meio em que se encontra.
- ✓ Demonstra maturidade nas atitudes e controle de seus impulsos, expressando também disciplina na realização das tarefas.
- ✓ Indicativo de relações interpessoais equilibradas e respeitadas. Revela possuir boa percepção de limites e moderação ao lidar com os outros.
- ✓ Indicativo de motivação no início da realização das tarefas ou diante de novas situações

Entrevista:

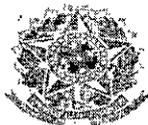
- ✓ Egressos com maior probabilidade de se ajustar ao curso, como também de alcançar um bom desempenho.
- ✓ Grau de interesse e motivação para realização de curso na área técnica definida.
- ✓ Vocação e habilidade para realiza o das atividades exigidas durante curso.
- ✓ Atende aos critérios estabelecidos.

Deve-se dar preferências aos egressos com menos tempo de liberdade, isto  , aqueles que saíram da prisão a menos tempo, considerando a vulnerabilidade imediata vivida por tais indivíduos logo após a quebra do vínculo diário com a institui o prisional

Sugere-se que participem do processo para inclusão pelo menos 90 pessoas egressas.

Todo o processo para inclusão dos alunos no projeto deve ser de responsabilidade da SEAP com acompanhamento da equipe gestora do projeto no campus. Após a sele o, a SEAP deve





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



Unidade de medida: Percentual (%)

Fórmula de cálculo: Relação percentual entre o número de alunos inseridos no mundo do trabalho na etapa de incubação pelo número total de participantes matriculados.

Meta: 80%

Prazo: no decorrer da etapa de capacitação.

Instituição responsável: Campus do Instituto Federal.

Fonte de comprovação: Ao efetivar a inserção no mundo do trabalho, a instituição parceira emitirá uma declaração na qual constem o nome do participante contratado, o cargo e a data de contratação. Este documento deverá ser assinado e carimbado pelo parceiro contratante. No caso de trabalho autônomo, o respectivo tutor emitirá uma declaração descrevendo o trabalho autônomo do aluno. Este documento deverá ser assinado pelo aluno, tutor e coordenadores.

Indicador 3: Oportunidades de inclusão no mundo do trabalho ofertadas

Descrição: quantidade de oportunidades para inserção no mundo do trabalho disponibilizadas para os participantes do projeto, seja por meio de vagas de estágio, programas de cotas ou inserção em cooperativas para prestação de serviços, de forma alinhada com suas características, habilidades e aspirações pessoais.

Unidade de medida: Relação

Fórmula de cálculo: Relação entre o número de vagas de estágio ofertadas aos alunos na etapa de incubação dividido pelo número total de participantes matriculados.

Meta: Duas ofertas por aluno

Prazo: No decorrer da Etapa de incubação

Instituição responsável: Campus do Instituto Federal.

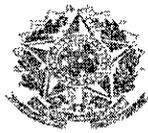
Fonte de comprovação: Declaração assinada pelo supervisor de estágio, devidamente constituído pelos instrumentos existentes no campus.

OBS: O aluno que se recusar a participar de duas oportunidades de estágio oferecidas, será desligado do programa.

Indicador 4: Índice de evasão

Descrição: será mensurada a quantidade de alunos matriculadas no projeto que participaram integralmente das atividades previstas nas etapas de capacitação e incubação em relação a quantidade de pessoas matriculadas. O presente indicador permite auferir a quantidade de pessoas que evadiram do projeto, ou seja, após matrícula, por razões diversas, não deram sequência as atividades.





5.5. ETAPA 1 - Capacitação inicial da equipe executora

Os alunos que participarão do projeto são detentores de histórias intensas e cheias de detalhes sobre como suas vidas foram encaminhadas tanto antes como durante o aprisionamento. Em conjunto, os olhares e pensamentos dirigidos a egressos e egressas, pelas pessoas que estão fora do contexto prisional são frequentemente fruto de concepções sobre aprisionamento e crime que advém do senso comum.

A compreensão dicotômica sobre o bem e o mal vinculada à vida desses seres humanos é superdimensionada e não aprofundada sobre delitos, prisão e retorno à sociedade sendo frequentemente uma visão difundida de maneira simplória e por vezes maniqueísta.

As falas amiúde asseveram ser mais justo o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade que não cometeram crimes do que para aqueles que o cometeram, mesmo quando em situação de plena quitação dos sujeitos de sua pena. Entre essas ideias, por vezes expressas em falas e ações transitam concepções que revelam a necessidade de refletir profundamente sobre o universo que envolve o aprisionamento.

Dessa forma a formação dos professores e da equipe executiva para a atuação no projeto deverá considerar dois momentos de estudos e debates diversos e ao mesmo tempo complementares, o da educação do detento em regime fechado e a do egresso quando se encontra no ambiente externo nas várias condições possíveis (quando em liberdade condicional, como egresso entre outras condições).

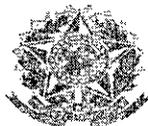
Ensinos no presídio impõe ao professor o desafio de ensinar um público acostumado à cultura do aprisionamento que se fundamenta na contenção pela ordem e disciplina, em um sistema de regras da instituição e na qual o interno vivencia um cotidiano de privilégios e castigos.

Entretanto o presente projeto propõe exatamente o oposto, pois inserido no contexto educacional o que interessa é a emancipação, autonomia e integração dos sujeitos como cidadãos de direitos.

Serão realizados estudos sobre a transição, ou seja, da detenção e da vivência da repressão e disciplina que enfrentaram durante o aprisionamento para a vida educacional ligada à conquista de autonomia e do reconhecimento dos pressupostos da vida cidadã.

Deverá ser constituída uma reunião semanal no semestre anterior ao início do curso e que perdurarão durante todo o projeto. Desses encontros participarão professores, tutores e coordenadores que realizarão dinâmicas coletivas propostas inicialmente pela coordenação ajustadas de acordo com o andamento do projeto e as necessidades do grupo.





iii - **Sínteses Coletivas** dos estudos que reportem à possibilidade de elaboração de planos de ensino das disciplinas e atividades específicas adequadas ao curso privilegiando-se situações-problema a serem aplicadas.

Essas dinâmicas de formação fazem a opção pelo tratamento colaborativo nos alinhamentos do trabalhos e decisões da equipe e estão vinculadas à proposta de estudos coletivos que especificamente visam o desenvolvimento profissional da equipe, a construção de atividades de várias naturezas no projeto com tratamento de situações problemas, privilegiando o caráter aplicativo dos conteúdos desenvolvidos.

5.6. ETAPA 2 - Capacitação dos alunos no curso

A capacitação dos alunos será realizada nas dependências de um campus de um Instituto Federal que aderir ao projeto e terá duração de 5 meses com carga horária relativa aos conteúdos de 570 horas distribuídas em 20 semanas de atividades.

Configuração do Projeto Pedagógico do Cursos - O PPC do curso.

Abaixo estão os elementos necessários para a elaboração do PPC do curso, suas características pedagógicas e institucionais.

1. Nome do Curso: Curso Formação Inicial e Continuada em Auxiliar de Agropecuária - inclusão social e produtiva de egressos do sistema prisional

2. Carga Horária

O curso será realizado em duas etapas. A primeira será organizada ao longo de 20 semanas letivas com 28 aulas semanais de 50 minutos cada no primeiro semestre, e na segunda etapa, 2 aulas semanais de 50 minutos cada no segundo semestre. A distribuição das aulas entre os componentes curriculares será preferencialmente em 5 dias da semana, em dois turnos, totalizando 500 horas de curso e mais 6 meses de estágio.

1o. módulo do curso - duração 5 meses

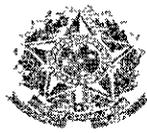
2o. módulo do curso - duração 7 meses

O curso deverá ter início juntamente com os demais cursos do IF, podendo iniciar no primeiro semestre ou no segundo.

Número de vagas: 30

Local de Realização: Campus do Instituto Federal





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



À DPE caberá: Realizar visita ao campus para conversa inicial com o alunos e verificação de possíveis demandas; gerar cronograma de atendimento individualizado aos alunos nas dependências da defensoria ou em local definido conjuntamente entre os parceiros; quando cabível, viabilizar estagiários para auxiliar nas demandas dos alunos; acionar a equipe gestora do projeto quando necessário para comunicados pertinentes ao projeto.

7. Justificativa

Em seu aspecto global, a formação inicial e continuada é concebida como uma oferta educativa— específica da educação profissional e tecnológica – que favorece a qualificação, a requalificação e o desenvolvimento profissional de trabalhadores nos mais variados níveis de escolaridade e de formação. Centra-se em ações pedagógicas, de natureza teórico-prática, planejadas para atender a demandas socioeducacionais de formação e de qualificação profissional. Nesse sentido, consolida-se em iniciativas que visam formar, qualificar, requalificar e possibilitar tanto atualização quanto aperfeiçoamento profissional a cidadãos em atividade produtiva ou não. Contemple-se, ainda, no rol dessas iniciativas, trazer de volta, ao ambiente formativo, pessoas que foram excluídas dos processos educativos formais e que necessitam dessa ação educativa para dar continuidade aos estudos.

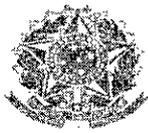
Ancorada no conceito de politécnica e na perspectiva crítico-emancipatória, a formação inicial e continuada, ao se estabelecer no entrecruzamento dos eixos sociedade, cultura, trabalho, educação e cidadania, compromete-se com a elevação da escolaridade, sintonizando formação humana e formação profissional, com vistas à aquisição de conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e ético políticos, propícios ao desenvolvimento integral do sujeito.

Nessa perspectiva, o IFAC propõe-se a oferecer o Curso de Formação Inicial e Continuada **Auxiliar de Agropecuária**, por entender que estará contribuindo para a elevação a qualidade dos serviços prestados à sociedade, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

No âmbito do estado do Acre, a oferta do Curso FIC em Auxiliar e Agropecuária, na modalidade presencial, visa a formação de trabalhadores para atuarem nas instituições agropecuárias públicas e privadas.

A escassez de profissionais qualificados, a crescente demanda do nosso Estado para este tipo de profissional e a importância que o setor apresenta para o Acre justifica a oferta do de formação inicial em Auxiliar de Agropecuária.

O curso de Auxiliar em Agropecuária irá promover formação aos participantes para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



apresenta a negação da realização plena do espírito preconizada por Hegel. Benjamin também adota a postura dos marginalizados: mendigo, prostituta, “flaneur”, homem sanduíche - humanos mesclados com mercadoria (fala da empatia com a mercadoria).

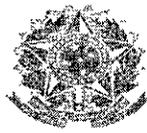
A busca de uma postura que abarque as minorias não só corrobora a crítica social e da consciência do controle exercido pela biopolítica, mas também proporciona a quem dela participe um conhecimento maior de si mesmo. Considera-se mais propriamente que a capacitação técnica desempenha uma ferramenta importante no mundo do trabalho e nesse sentido o curso prevê aprendizagens necessárias ao planejamento e execução das atividades de produção animal e vegetal e beneficiamento dos seus produtos, observando-se os aspectos ambientais, econômicos e sociais, para o desenvolvimento sustentável como por exemplo: Desenvolvimento de competências para atuar em empresas de beneficiamento, instituições públicas, privadas e com empreendedorismo individual.

9. Objetivos

Os objetivos do curso de qualificação profissional de Formação Inicial e Continuada em Auxiliar de Agropecuária são:

- a. Colaborar com a reinserção social de egressos do sistema prisional;
- b. Romper, através da educação profissional, o ciclo vicioso da falta de oportunidade > criminalidade > cumprimento de pena > liberdade > falta de oportunidade, proporcionando a inserção social para este segmento marginalizado da população;
- c. Formar profissionais para atuarem nas instituições agropecuárias públicas e privadas;
- d. Suprir a demanda de profissionais do Eixo de Recursos Naturais, na Região Norte e entornos;
- e. Aplicar uma nova metodologia para reinserção social de pessoas egressas;
- f. Proporcionar às pessoas egressas do sistema prisional novas possibilidades de reconhecimento, socialização e autoconstrução, na medida em que viabiliza condições para que os sujeitos sejam inseridos na estrutura produtiva.
- g. Preparar o aluno para:
 - boas práticas de fabricação e em beneficiamento de produtos, contribuindo para sua melhor participação no mercado de trabalho;
 - planejar e executar atividades de produção animal e vegetal e beneficiamento dos seus produtos, observando-se os aspectos ambientais, econômicos e sociais, para o desenvolvimento sustentável
- h. O aluno que concluir o curso se aprovado estará apto à desenvolver as seguintes funções:
 - atuar em empresas de beneficiamento, instituições públicas, privadas e com





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



- # 5. Tópicos em saúde e esporte - 33h (2 aulas semanais)
- # 6. Projeto de vida - 33h (2 aulas semanais)
- # 7. Informática - 33h (2 aulas semanais)
- # 8. Tutoria - 33h (2 aulas semanais)

Componentes Curriculares do - **2o. módulo** do curso:

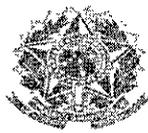
- # 9. Tutoria - 33h (2 aulas semanais)

12. O estágio

No segundo módulo ocorrerá, além dos encontros semanais na tutoria previsto como conteúdo programático, um estágio de 6 meses com as seguintes características:

- a. **Objetivos do estágio profissional supervisionado:** O Estágio Curricular Supervisionado é considerado o ato educativo supervisionado envolvendo diferentes atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do educando, relacionado ao curso que estiver frequentando regularmente. Assim, o estágio objetiva o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.
- b. **Contribuição do estágio para a articulação entre teoria e prática no curso:** de Formação Inicial e Continuada de Auxiliar de Agropecuária é obrigatório e é importante para que o educando possa aliar teoria e prática e inserir-se no mundo do trabalho.
- c. **Carga horária e período do curso em que o estágio pode ser iniciado (semestre):** O estágio, de caráter obrigatório para os alunos, deverá ser realizado após a conclusão do primeiro semestre do curso.
- d. **Prazo para conclusão do estágio, considerando o PPC do curso:** Até o final do segundo semestre do curso.
- e. O estágio deve observar as certificações técnicas necessárias à ocupação pretendida as certificações necessárias ao curso ofertado devem estar presentes no PPC do curso ofertado, caso caiba.
- f. O aluno poderá realizar estágio em qualquer área de seu interesse desde que aprovado pelo coordenador de estágio.
- g. **Critérios de Avaliação:**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



O segundo módulo é caracterizado pelo estágio e pelo acompanhamento dos alunos em sua inserção no mundo do trabalho, de acordo com suas características, desejos e oportunidades.

Junto ao estágio ocorre a tutoria que se inicia no primeiro módulo (segundo o planejamento presente no plano de aulas).

A tutoria acontecerá em dois momentos:

Primeiro módulo - Durante o ingresso e a permanência do estudante no curso;

Segundo módulo - Durante a colocação e pós-colocação do estudante no posto de trabalho.

No primeiro momento o objetivo será favorecer ações de socialização e preparação para inserção profissional. O segundo momento objetivará dar suporte para o desenvolvimento e manutenção do trabalho, mediando as demandas vindas do estudante-trabalhador e empregador. Tudo que ocorrer no processo será registrado pelo tutor e pela equipe de apoio em documento próprio para este fim. Os estudantes também registrarão uma avaliação do processo, elaborada por uma equipe de apoio.

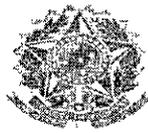
A tutoria é uma ação do Projeto que oferece aos estudantes a oportunidade de discussão e orientação sobre problemas ou dúvidas surgidas durante sua vivência escolar e decorrente dela.

O objetivo é oferecer condições para um processo de formação segundo a construção de uma proposta mais humanizada de relação com o estudante. Além disso, a tutoria visa primordialmente a inserção e permanência dos alunos no mundo do trabalho. Cada participante terá um tutor que o auxiliará em as suas demandas relativas às questões técnicas, operacionais e psicossociais.

A condução da tutoria será desempenhada pelo tutor que será escolhido segundo perfil específico para acompanhar e viabilizar a permanência do aluno no curso e no estágio, descrevemos a seguir algumas características gerais e que fundamentam o trabalho do tutor.

I - Fazer o acolhimento, a orientação e dar retaguarda de apoio aos alunos - ambientação e orientações, acolhimento dos tutorados, formação de vínculos e relacionamento interpessoal, história de vida e suporte familiar.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



90% para ter direito ao pagamento da bolsa no mês subsequente.

O aluno que tiver dois meses, consecutivos ou não, com frequência inferior a 90% estará fora do programa de bolsas, isto é, perderá o direito ao recebimento da bolsa, podendo, caso desejar, continuar frequentando as aulas e posterior conclusão do curso.

5.6.2. Autogestão

O aluno será acompanhado por seu tutor, segundo plano de trabalho estabelecido, onde serão incluídos encontros regulares para acompanhamento do progresso no seu negócio. Nesses encontros os tutores debaterão as dificuldades técnicas, operacionais e sociais, quando cabível com o objetivo de que os alunos encaminhem ações exitosas nos negócios que projetaram.

Caberá ao tutor auxiliar os alunos nas métricas e cronogramas para as atividades de gestão e operação do negócio do aluno em curso. Essas ações serão registradas em documentos internos para relatório final do mesmo.

O tutor poderá solicitar auxílio dos docentes participantes do projeto em ações pontuais para atender demandas específicas dos alunos durante a tutoria.

6. Orçamento financeiro

Os recursos gerais serão distribuídos nas naturezas de despesas, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos recursos conforme natureza de despesas – 12 meses

Descrição	Valor	Natureza de despesa
Bolsa dos alunos	361.440,00	
Docentes e tutores	142.500,00	
Gestão escolar	99.750,00	
Total geral	603.690,00	339039

Para o cálculo das bolsas foram utilizados os seguintes valores de referência conforme portaria SETC/MEC Nº 58, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

Os recursos serão distribuídos conforme ilustram as tabelas 3A, 3B 3C e 3D.

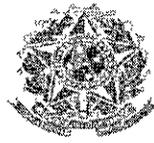
Tabela 3A - Valor de bolsas a serem pagas aos alunos do curso para permanência e êxito

Permanência e êxito	QT	Valor Unit	QT alunos	Total
Bolsa para os alunos do curso	12	954,00	30	343.440,00
Apoio ao empreendedorismo	1	600,00	30	18.000,00
Total				361.440,00

Tabela 3B - Remuneração dos profissionais segundo carga horária de trabalho.

Atividade	Carga horária	Hora Atividade	Nº Prof.	Qt meses	Valor mensal/Prof.	Valor Total
Prof. de Tópicos em Matemática	67	353	2	5	1500,00	15000,00
Prof. de Tópicos em Saúde	33	177	2	5	750,00	7500,00
Prof. de Tópicos em Linguagens	67	353	2	5	1500,00	15000,00
Prof. de Informática	33	177	2	5	750,00	7500,00
Prof. de Componente Técnico 1	67	353	2	5	1500,00	15000,00
Prof. de Componente Técnico 2	67	353	2	5	1500,00	15000,00
Prof. de Empreendedorismo	67	353	2	5	1500,00	15000,00
Prof. de Projeto de vida	33	353	2	5	750,00	7500,00
Tutor	67	353	5	12	750,00	45000,00
Total						142.500,00





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



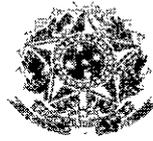
7. Futuro do projeto

A Rede Federal de Educação possui atualmente 38 Institutos Federais presentes em todos estados brasileiros com 644 campi em funcionamento com cursos de qualificação (FIC), técnicos de nível médio, cursos superiores, licenciaturas e pós-graduação.



Figura 1- Distribuição das unidades dos Institutos Federais no Brasil
Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>

A grande capilaridade da Rede Federal de Educação pode viabilizar a expansão do projeto Alvorada nos campus, observando as peculiaridades de cada unidade e suas demandas regionais. Os autores entendem que existe uma possibilidade real de articulação do projeto na Rede com possibilidade de expansão Nacional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre



2001. 7(2): 85-94.

- [15] Berg MT, Huebner BM. Reentry and the Ties that Bind: An Examination of Social Ties, Employment, and Recidivism. *Justice Quarterly*. 2011. 28(2): 382-410.
- [16] Sherry DGE, Nicholson M. Recreation or rehabilitation? Managing sport for development programs with prison populations. *Sport Management Review*. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.smr.2014.07.005>.
- [17] Lattimore PK, Visser CA. The Impact of Prison Reentry Services on Short-Term Outcomes: Evidence From a Multisite Evaluation. *Evaluation Review*. 2013. 37(3-4): 274-313.
- [18] Melo KMA, Leite RV. Sistema penitenciário: Obstáculos à reintegração social do egresso. *Revista Dat@venia*, 8(11), 66-85, 2015.
- [19] Lopez F, Bourdieu TP, Goffman. Um ensaio sobre pontos comuns e as fissuras que unem em separam ambos os autores: a partir da perspectiva do primeiro. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a09.pdf>. Acesso em 02/03/2017.
- [20] Brown C. Vocational Psychology and Ex-Offenders' Reintegration: A Call for Action. *Journal of Career Assessment*, 19(3), 333-342, 2011.
- [21] Dias S, Oliveira EJ. A reinserção social através do trabalho: Responsabilidade empresarial no resgate da dignidade da pessoa humana. *Revista Jurídica Cesumar*. 2014; 14(1):143-169.
- [22] Bouffard JA, Mackenzie DL, Hickman LJ. Effectiveness of Vocational Education and Employment Programs for Adult Offenders: A Methodology-Based Analysis of the Literature. *Journal of Offender Rehabilitation*. 2000. 31(1), 1-41.
- [23] Walmsley R. (2015). *World Prison Population List (Eleventh Edition)*, London: International Centre for Prison Studies. Disponível em: http://prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_11th_edition_0.pdf. Acesso em 04 de março de 2017.
- [24] Santos MA. A precarização da educação no sistema penitenciário brasileiro sob o prisma da ressocialização dos presos. *Educação: Saberes e práticas*, 3(1), 2014.
- [25] Melo KMA, Leite RV. Sistema penitenciário: Obstáculos à reintegração social do egresso. *Revista Dat@venia*, 8(11), 66-85, 2015.
- [26] Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo. Relatório de Ações. Disponível em: http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/relatorio_acoes.php. São Paulo: SAP, 2016. Acesso em 03/03/2017.
- [27] SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL PENITENCIÁRIO. A diferença de 100% se deve à escolarização não declarada e a inconsistência entre prisões federais e estaduais. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2009.
- [28] Baldry E, McDonnell D, Maplestone P, Peeters M. Ex-Prisoners, Homelessness and the State in Australia. *The Australian And New Zealand Journal Of Criminology*. 2006; 39(1): 1-14.
- [29] Durlauf SN, Nagin DS. Imprisonment and crime Can both be reduced? *Criminology & Public Policy*. 2011;10(1): 13-54.
- [30] Hagan J, Foster H. Intergenerational Educational Effects of Mass Imprisonment in America. *Sociology of Education*. 2012; 85(3): 259-286.